

Como políticas e agências florestais promovem destruição sustentável

Documento do WRM

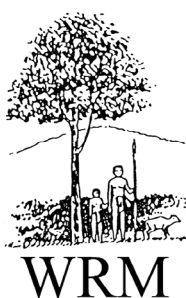
Como políticas e agências florestais promovem destruição sustentável.

Documento do WRM

Este texto é baseado em um documento de discussão mais longo, produzido entre 2019 e 2021 por Larry Lohmann, membro do comitê consultivo do WRM, com base em contribuições de entrevistas com vários ativistas de base, o comitê consultivo e o secretariado internacional. O documento de discussão é uma autorreflexão crítica do WRM sobre seu trabalho passado, presente e futuro sobre florestas, desmatamento e sua participação em processos, fóruns e iniciativas internacionais de políticas florestais. O artigo pode ser acessado [aqui](#).

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)

Março 2022



Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)

-  Av Bolivia 1962 BIS
CP 11500 – Montevideu, Uruguai
-  Ph.: +598 2605 6943
-  wrm@wrm.org.uy
-  www.wrm.org.uy/pt

Como políticas e agências florestais promovem destruição sustentável

Há mais de 20 anos, um grande grupo de ONGs participou de um projeto colaborativo com o Fórum Intergovernamental de Florestas (IFF) da ONU. O projeto pretendia revisar e documentar com novos detalhes quais eram as causas reais e subjacentes da degradação florestal. A análise publicada em 1999 ainda é muito relevante. Nenhuma das causas subjacentes identificadas foi realmente enfrentada, e muitas delas inclusive foram reforçadas.

Nos anos 80, uma das principais prioridades do WRM – e uma das principais razões para sua fundação em 1986 – foi questionar as falsas visões sobre as causas do desmatamento propostas pela Organização para Agricultura e Alimentação (FAO) da ONU, o Banco Mundial, o Programa da ONU para o Desenvolvimento (PNUD) e o *World Resources Institute* e a Organização Internacional de Madeira Tropical (ITTO).

Em 1985, a FAO e as agências internacionais mencionadas acima formularam o Plano de Ação para as Florestas Tropicais (TFAP). Acima de tudo, o TFAP se propôs a promover planos florestais nacionais para expandir as plantações industriais de monoculturas de árvores, o que a FAO chamava eufemisticamente de “reflorestamento”. O TFAP foi um fracasso espetacular. Como inúmeras iniciativas internacionais relacionadas a políticas florestais desde então, o TFAP não apenas fracassou, como também não mencionou, muito menos tentou realmente entender ou enfrentar, todo o leque de causas subjacentes da destruição florestal.

As causas por trás do desmatamento e da degradação florestal – diferentes das causas diretas e mais visíveis, como extração de madeira, agronegócio ou mineração – tendem a ser ocultadas, menos discutidas e mal compreendidas. Elas estão intimamente ligadas ao sistema capitalista-racista-patriarcal, e também têm relação com o legado colonial. Entre os exemplos, estão o não reconhecimento dos direitos territoriais dos Povos Indígenas e outras comunidades que dependem da floresta, o controle centralizado sobre a floresta, facilitando o avanço das atividades destrutivas e de “conservação da natureza”, e as políticas macroeconômicas, para citar apenas algumas.

A definição de floresta da FAO, bem como as políticas florestais globais formuladas e implementadas de cima para baixo, que se baseiam nessa definição, também são causas subjacentes da destruição florestal.

A definição de floresta da FAO

Já há muitos anos, a FAO reduz uma floresta a qualquer área coberta por árvores. Ao fazê-lo, descarta outras formas de vida, bem como a diversidade biológica, cíclica e cultural que define uma floresta em sua interconexão permanente com comunidades que dependem dela. Pior ainda, a definição reducionista da FAO também permite que as empresas que estão por trás de dezenas de milhões de plantações industriais de árvores de crescimento rápido afirmem que suas monoculturas são “florestas plantadas”. Assim, as estatísticas florestais dos países consideram essas monoculturas industriais como “florestas”, apesar dos impactos sociais

e ambientais bem documentados que essas plantações já causaram em todo o mundo. Outro problema é que muitas outras agências e processos nacionais e internacionais que produzem políticas florestais, como a UNFCCC e a CDB, e a própria União Europeia, usam a definição da FAO como referência. Assim, elas também consideram que derrubar uma floresta na Amazônia, na República Democrática do Congo ou em Papua, para estabelecer uma monocultura de árvores, não é desmatar. Como resultado, a definição de floresta da FAO é, em si, uma causa subjacente do desmatamento.

Em termos gerais, na época do TFAP, a FAO e outros atores internacionais tendiam a atribuir a perda de florestas a comunidades que dependem da floresta, e não a grandes empresas e Estados. Essas falsas explicações incluíam “agricultura itinerante”, “superpopulação”, “invasão ilegal por parte de pequenos agricultores”, “coleta de lenha”, “ignorância dos agricultores”, “atividades humanas”, “preços incorretos de produtos e serviços florestais”, além da “falta de privatização”, “falta de livre comércio”, “falta de policiamento”, “falta de áreas protegidas”, “falta de plantações comerciais”, “falta de envolvimento das empresas”, “falta de agricultura de alta tecnologia e intensiva em capital”, e assim por diante.

Essas explicações serviram para reforçar o poder e a posição de muitos Estados, empresas e agências da ONU, que puderam continuar lucrando com o mesmo modelo econômico destrutivo. Propagá-las também ajudou um grande número de acadêmicos, burocratas e ONGs a manter seu prestígio e suas conexões, atrair patrocínio e financiamento para trabalhar com comunidades que dependem da floresta, e evitar ser vilipendiado pelos detentores do poder.

Porém, elas tiveram, em geral, um efeito negativo sobre as florestas e os povos que dependem delas, pois reforçaram e, ao mesmo tempo, ocultaram as principais ameaças que precisavam ser enfrentadas.

Sendo assim, um grande grupo de ONGs, incluindo o WRM, decidiu em 1997 participar de um projeto colaborativo com o Fórum Intergovernamental de Florestas (IFF) da ONU. O projeto aspirava revisitar e documentar detalhadamente quais eram as verdadeiras causas subjacentes da degradação florestal. O resultado foi um documento de 145 páginas, publicado em abril de 1999 e intitulado *Abordar as causas subjacentes do desmatamento e da degradação florestal: estudos de caso, análises e recomendações de políticas*.¹

Previsivelmente, as causas identificadas neste exercício foram bem diferentes das falsas explicações que instituições da ONU como a FAO e o Banco Mundial vinham propagando.

O que talvez seja mais impressionante sobre o documento que abordava as causas subjacentes em 1999, visto da perspectiva de hoje em dia, é o quanto sua análise continua relevante. Nenhuma das causas identificadas pelo documento foi realmente enfrentada, e elas permanecem extremamente atuais.

Por exemplo:

- Os direitos territoriais de povos indígenas e outros defensores das florestas ainda não são devidamente reconhecidos. Em alguns casos, esses direitos têm sido transformados em commodities com um preço, para que defensores das florestas possam ser remunerados no mercado se abrirem mão desses direitos.

- A discriminação contra os povos que dependem da floresta continuou, muitas vezes na forma do que hoje é mais frequentemente chamado de *criminalização*, junto à impunidade ou à *descriminalização* de muitas atividades empresariais destrutivas nas florestas.
- As alianças entre Estados e grandes empresas continuam impulsionando o desmatamento. Os governos ainda estão promovendo esquemas destrutivos de colonização, e a legislação, incluindo o direito sobre a terra, ainda está sendo usada como arma para pressionar as fronteiras e se apoderar de recursos relacionados à floresta. Na Indonésia, por exemplo, a sobreposição de concessões de mineração e outras concessões de terras feitas pelo Estado talvez já cubra bem mais de 100% do território de uma província. Programas agressivos, impulsionados pelo Estado, para abrir mais áreas florestais ao desenvolvimento comercial podem ser encontrados da Índia ao Brasil, onde o desmatamento da Amazônia aumentou em 2019, chegando a sua taxa mais alta desde 2008, de acordo com dados do próprio governo.
- Métodos militarizados de centralização do controle sobre as florestas ainda estão sendo empregados por Estados, grandes empresas globais, ONGs ou todos os três.
- O agronegócio de hoje em dia é, no mínimo, tão destrutivo quanto o de 20 anos atrás, provavelmente mais.
- Grandes projetos de desenvolvimento ou infraestrutura, como barragens, estradas e esquemas de mineração e extração de petróleo, continuam cobrando seu preço, agora muitas vezes integrados a gigantescos “corredores” que reúnem projetos de extração, transporte, energia e indústrias.²
- A regulamentação estatal e a “conservação da natureza” da forma tradicional continuam sendo um problema tão grande para as florestas quanto a falta de regulamentação ou de “conservação”. Os povos da floresta seguem sendo assediados e espoliados para estabelecer áreas protegidas oficiais, enquanto muitas terras florestais, oficialmente sob proteção do Estado, são arrendadas a empresas privadas dos setores de madeira, mineração ou plantações.

- O empobrecimento e o enfraquecimento das lutas dos defensores das florestas continuam prejudicando a proteção dessas florestas.
- Os padrões de investimento, dívida, políticas macroeconômicas, fluxos globais de commodities e relações comerciais continuam cumprindo papéis fundamentais no desmatamento em todo o mundo.

Isso não quer dizer que não haja o que atualizar. Em alguns aspectos, o mundo avançou, mas, como um todo, **as causas subjacentes identificadas em 1999 foram apenas reforçadas.**

E, ironicamente, o que talvez tenha contribuído mais para esse reforço seja a maneira como as causas subjacentes foram expandidas e reembaladas para apresentar novas dimensões supostamente “verdes”, “democráticas” ou “participativas”, inclusive da seguinte forma:

- Plantações que destroem florestas, destinadas à produção de óleo comestível, açúcar ou celulose para papel, foram sendo cada vez mais complementadas por plantações para “bioenergia”, que também destroem as florestas. O objetivo é fornecer combustíveis às indústrias de eletricidade, aviação ou automóveis – combustíveis anunciados como sendo mais “verdes” do que o petróleo, o carvão mineral ou o gás natural. Como são necessários grandes volumes de madeira e outros materiais bióticos para gerar a mesma quantidade de energia que os combustíveis fósseis, o impacto nas florestas é imenso, e cada vez maior. Além disso, os combustíveis à base de madeira também geram mais emissões líquidas de dióxido de carbono do que os combustíveis fósseis que eles substituem, pelo menos durante as primeiras décadas da transição, que são fundamentais.³
- O controle sobre as áreas florestais está sendo centralizado, não apenas para potencializar ao máximo a produção de madeira, minérios ou energia hidrelétrica, possibilitar o turismo de natureza ou promover a “conservação da natureza”, mas também para garantir a máxima capacidade de ciclagem de carbono da biosfera para “compensar”⁴ as emissões de indústrias e meios de transporte movidos a combustíveis fósseis. Nas duas décadas desde o documento *Abordar as causas subjacentes*, essas emissões – que as compensações visam perpetuar – foram identificadas cada vez mais como uma das principais causas de destruição das florestas.⁵ No

entanto, essas políticas de compensação⁶ são estruturadas de maneira a comprometer as relações existentes entre as comunidades locais e suas terras – exatamente as relações que, em muitos casos, vêm preservando as florestas há centenas de anos. Elas também não proporcionam renda suficiente para compensar a perda dos tipos de acesso à floresta de que a população local precisa. No entanto, a campanha para criar projetos de REDD+ voltados a proporcionar “compensações” para as emissões da indústria passou a dominar as discussões internacionais sobre políticas florestais no século XXI.⁷

- Muitas terras florestais também estão sendo reorganizadas de forma centralizada para “compensar” a destruição das florestas em outros lugares. Acompanhando e licenciando projetos comerciais que destroem florestas na Índia, por exemplo, há esquemas oficiais de “florestamento compensatório” (plantação de árvores)⁸ que não apenas espoliam os povos que dependem da floresta, mas também tendem, eles próprios, a degradá-las. Enquanto isso, a reorganização das terras florestais de populações locais na forma de “compensações da biodiversidade” em países como Madagascar não apenas é apresentada como desculpa para o esgotamento da biodiversidade em outros lugares, mas também se torna uma causa a mais de degradação social e ambiental.⁹

- As políticas predominantes de conservação, que necessariamente separam os povos indígenas e os pequenos agricultores das florestas e têm muitos efeitos ambientais e sociais devastadores, estão sendo fortalecidas e ampliadas com a ajuda de ideologias pós-2000. Por exemplo, “Soluções Baseadas na Natureza”¹⁰ e esquemas que estão conquistando apoio público para “a proteção e a restauração” profissionais e burocráticas de 30% ou até 50% das terras e oceanos do mundo.¹¹ Muitas das mesmas instituições colonialistas responsáveis pelos danos florestais causados pela conservação tradicional baseada em “florestas sem pessoas” estão se preparando para avançar sobre esse novo espaço, muitas vezes em aliança com grandes interesses comerciais.

- Novos selos e procedimentos destinados a dar uma imagem mais verde ou mais democrática aos antigos agentes do desmatamento vêm proliferando. À burocracia de certificação do século XX, conhecida como Conselho

de Manejo Florestal (Forest Stewardship Council, FSC, criado em 1993), anunciada como sendo capaz de fazer com que a extração industrial de florestas não fosse prejudicial ao meio ambiente, agora se juntaram muitas iniciativas semelhantes, como a Mesa Redonda do Óleo de Palma (Dendê) Sustentável, a RSPO (2003). Assim como o FSC, a RSPO já foi completamente desacreditada por pesquisas do WRM e de outras organizações.¹² No entanto, agora também existe uma Mesa Redonda da Soja Sustentável (RTSS) (2006), uma Mesa Redonda da Economia Sustentável do Cacau (2007), uma “Iniciativa para uma Melhor Cana-de-Açúcar”, chamada Bonsucro (2008), uma Mesa Redonda dos Biomateriais Sustentáveis (2018), bem como um Fórum de Bens de Consumo (1999) com 400 membros, que promove o “desmatamento líquido zero” até 2020 nas cadeias de fornecimento de carne bovina, soja, óleo de dendê, celulose e papel. Também há um Consórcio de Sustentabilidade (2007), que deveria documentar como suas dezenas de empresas-membros estão evitando áreas com alto valor de conservação ou elevado estoque de carbono em suas próprias cadeias de fornecimento, e inúmeros outros organismos que visam tranquilizar o público sobre as credenciais de conservação florestal de empresas como Unilever, Cargill, Walmart e Starbucks. Nenhuma dessas coalizões é construída de maneira a interromper a dinâmica da destruição das florestas, da qual seus clientes empresariais dependem para lucrar.

- Em geral, as iniciativas adotadas por organizações estatais e internacionais que afirmam tornar menos virulentas algumas das antigas causas subjacentes do desmatamento apenas prolongam a vida dos mecanismos de destruição das florestas. No final do século XX, na Índia, os esquemas de Manejo Florestal “Conjunto”, criados para dar voz às comunidades locais no cuidado da floresta geralmente deixavam de investigar as intenções destrutivas de empresas e do Estado. Da mesma forma, a imposição pós-2000 do dever formal dos Estados de obter Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) dos povos indígenas para projetos de desenvolvimento em seus territórios foi recebida, muitas vezes, com respostas evasivas e criativas, que permitem que muitos projetos de destruição florestal avancem de forma muito parecida como anteriormente, apenas com um novo verniz “participativo”. Como observa Manoel Edivaldo Santos Matos, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, isso acaba dando uma nova tarefa aos movimentos em defesa

das florestas: como resistir à apropriação oficial do que seria “participação” no âmbito do CLPI, ao mesmo tempo em que se reafirmam procedimentos próprios dos movimentos para decidir o que é participação.

- O Estado também aprendeu a penetrar nas bases de outras novas formas que ajudam a perpetuar o desmatamento. Um exemplo observado pelo ativista e pesquisador indiano Soumitra Ghosh, que trabalha em Bengala Ocidental, é o microfinanciamento, que amplia formas inovadoras de dívida e cobranças para incluir novas classes de pessoas empobrecidas. Dessa forma, aponta Ghosh, a própria base está sendo “constantemente feita, desfeita e refeita” de maneiras que representam novas ameaças às florestas.

- Enquanto isso, a indústria da compensação de carbono desenvolve continuamente seus próprios selos de qualidade, que alegam que seus produtos prejudiciais são, na verdade, benignos. Entre os exemplos estão os padrões CCBS (sigla inglesa para Climate, Community and Biodiversity Standard)s de 2005), VCS (Verified Carbon Standard de 2007) e as Diretrizes sobre Consentimento Livre, Prévio e Informado (2013) do Programa Colaborativo da ONU para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (ONU-REDD). Outro exemplo é o Tropical Forest Standard (2019), um padrão que será usado pelo programa de compensação de carbono da Califórnia se o estado decidir compensar suas emissões industriais comprando direitos sobre a capacidade de sequestro de carbono florestal em outros países. Nenhum dos órgãos de normatização envolvidos admite que as compensações de carbono sejam, elas próprias, uma causa subjacente do desmatamento, e simplesmente pressupõem que não sejam, sem evidências.

- As tão propaladas novas políticas de “economia verde” tendem a funcionar da mesma maneira destrutiva que – e também tendem a reforçar – velhas políticas “não verdes”, apenas de maneiras disfarçadas, que muitas vezes dificultam a crítica. É o caso do estado brasileiro do Acre, um “laboratório de economia verde” celebrado pelo Banco Mundial, o governo alemão e muitos outros. A “economia verde” do Acre explora os trabalhadores e prejudica sua subsistência para atingir seu objetivo declarado de “armazenar carbono” em vez de respeitar e facilitar seus modos de viver na floresta e com a floresta, em seus próprios termos.¹³ Ao mesmo tempo, essa “economia verde” tende

a deixar intocada a invasão da floresta altamente prejudicial por parte de grandes interesses comerciais – incluindo madeireiros, pecuaristas e empresas de plantações.

- A “economia digital” pós-2000, que prometeu tornar obsoletas algumas das dinâmicas que impulsionam o desmatamento, acabou por intensificá-las. Mais pressão é exercida sobre florestas e comunidades que dependem delas, através da busca da indústria de mineração por minerais comuns e raros para alimentar o setor de informática, baterias para carros elétricos, etc.; os corredores de transporte e extração que funcionam com base em computadores; os novos projetos para extrair combustíveis fósseis e obter “energia verde” para providenciar as quantidades enormes de eletricidade para dar conta de bibliotecas gigantescas de “big data”; e a digitalização da agricultura e a conservação da natureza tendem apenas a expandir o alcance e o escopo da extração de recursos por empresas e dos esforços estatais para vigiar, assediar e reprimir os povos que dependem da floresta.¹⁴

• Cada vez mais, as grandes empresas respondem aos movimentos feministas instituindo “políticas de gênero”. Por exemplo, a transnacional de plantações de monocultura de dendê SOCFIN defende suas operações em Serra Leoa dizendo que cerca de um quarto de seus funcionários permanentes é mulher. A empresa também afirma que foram estabelecidas políticas “para proteger o trabalho delas” e foi criado um “comitê de gênero” para “discutir os problemas e as queixas das mulheres”.¹⁵ Em grande parte, no entanto, essas medidas apenas dão outra coloração a um patriarcado subjacente¹⁶. As supostas “novas oportunidades” para as mulheres tendem a se restringir a tarefas de baixa remuneração, difíceis e humilhantes. Os documentos das políticas de gênero das empresas nunca questionam por que a violência física e sexual contra as mulheres é um aspecto tão sistêmico das operações da indústria extrativa em todo o mundo, independentemente de envolver plantações, exploração de madeira ou mineração.

• A exploração do trabalho florestal como um todo aumentou com a terceirização, que economiza custos operacionais, tornando mais precárias as condições de vida de trabalhadoras e trabalhadores (que agora costumam ser chamados de “colaboradores”, “autônomos” ou “parceiros”). Essa tendência reflete as mudanças na estrutura da economia mundial pós-

2000, em que os lucros do capital precisam “se apropriar” mais de coisas que tomam diretamente de trabalhadores, terras e florestas, e não tanto “produzi-las” (manufatura).

- Os esforços dos “economistas ambientais” pós-2000 para precificar cada vez mais aspectos da natureza tendem a reforçar principalmente a dinâmica que torna as florestas passíveis de troca e dispensáveis, e a perda de florestas, “compensável”, por meio de mecanismos como compensação de biodiversidade e florestamento compensatório. Isso costuma dificultar ainda mais as lutas dos povos e comunidades locais contra os principais agentes do desmatamento.

Uma vez que as causas subjacentes do desmatamento e da degradação florestal não foram abordadas como um todo, mas apenas reforçadas por iniciativas oficiais, não surpreende que o número crescente de promessas abstratas feitas por governos ou coalizões internacionais de agir com relação à crise – poucas das quais mencionam as causas subjacentes – não surtam efeito. Por exemplo, a Declaração de Nova York sobre Florestas (NYDF), de 2014 – apoiada por Consumer Goods Forum, Tropical Forest Alliance 2020 e Forest Trends – prometeu reduzir à metade a perda de florestas entre 2014 e 2020. Mesmo assim, o desmatamento acabou aumentando em 43% durante esse período.¹⁷ (veja o gráfico acima, do jornal inglês *The Guardian*)

Destruição de florestas tropicais antes e depois da declaração internacional de 2014 para enfrentar o desmatamento

Perda anual média, em milhões de hectares, antes e depois da declaração de Nova Iorque sobre as florestas

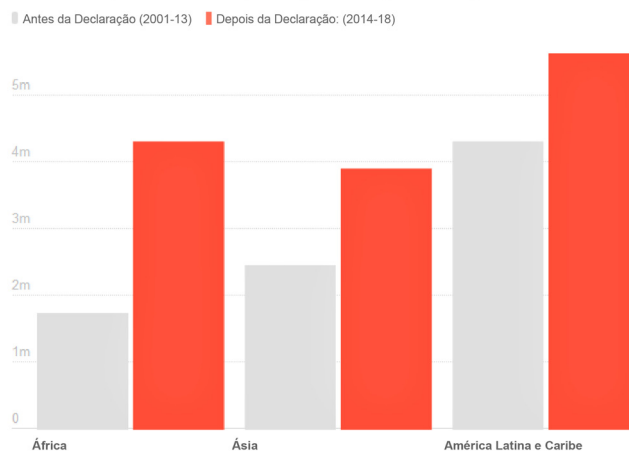


Gráfico: The Guardian | Fontes: World Resources Institute / Global Forest Watch

Outras tendências sugerem que os mecanismos fundamentais que levam às perdas permanecem intocados. Os índices de consumo de energia, por exemplo, quase dobraram desde 2010. Apesar de 25 anos de negociações climáticas globais, as emissões de gases do efeito estufa cresceram a um ritmo médio de 1,6% por ano entre 2008 e 2017 e “não dão sinais de ter atingido o pico”¹⁸. Em 2017, as emissões anuais chegaram a um recorde de

53,5 gigatoneladas de CO₂ e seus “equivalentes” – mais que o dobro das 25 gigatoneladas de 2000.¹⁹

Além disso, não se podem prever muitos dos efeitos finais dessas tendências, e eles podem acabar sendo piores do que o esperado. Por exemplo, os cientistas se surpreenderam recentemente ao descobrir que cerca de 40% das espécies de insetos do mundo podem ser extintas nas próximas décadas, pondo em risco a agricultura e a regeneração florestal.²⁰

Na verdade, pode-se argumentar que as iniciativas globais oficiais para combater o desmatamento e a degradação florestal – gestos tranquilizadores, porém inúteis – constituem sendo uma causa a mais da destruição de florestas.

Nos anos 1980, o Plano de Ação para a Silvicultura Tropical (TFAP) não tinha programas de pesquisa para investigar como enfrentar os interesses políticos e econômicos envolvidos na expansão comercial e de infraestrutura nas florestas. Pelo contrário, buscou respostas nas próprias indústrias de madeira, plantações e extração, bem como no aumento do poder das agências repressivas estatais, como unidades militares e órgãos florestais. Em vez de se organizar em torno das causas subjacentes do desmatamento, estimulou os próprios setores empresariais que estão na raiz de grande parte da crise.

Hoje, de forma semelhante, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) não tem nenhum plano para analisar ou enfrentar os fatores políticos e econômicos históricos que incentivam a extração e o uso de combustíveis fósseis. Pelo contrário, não os estuda e nem sequer os menciona, e tampouco cita o nome de uma única grande empresa ou burocracia que seja central para a extração e o uso dos combustíveis fósseis.

Até o painel de cientistas que assessora a UNFCCC adotou uma metodologia que oculta sistematicamente as causas subjacentes do desmatamento e das mudanças climáticas.

Por que a climatologia é uma causa subjacente do desmatamento

Em 1990, os cientistas do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) começaram a compilar tabelas mostrando as emissões de gases de efeito estufa "por país". Eles decidiram que o aquecimento global era "causado" nos locais onde o carbono oriundo das árvores ou do carvão mineral, do petróleo e do gás natural era transformado em dióxido de carbono e liberado no ar. A responsabilidade pelas mudanças climáticas era dos governos de países em cujas fronteiras ocorriam essas reações químicas.

Desde então, os climatologistas vêm dizendo ao mundo que é "não científico" responsabilizar pela maior parte das mudanças climáticas qualquer coisa que não seja átomos de carbono "atravessando a fronteira" na atmosfera, na forma de moléculas de dióxido de carbono. Eles afirmam que o principal objetivo do combate às mudanças climáticas deve ser fazer com que os Estados nacionais coíbam a migração de átomos de carbono

através dessa fronteira, além de expulsarem o "excesso" de carbono que já migrou para o ar.

Essa ideologia foi adotada por quase todo mundo que discute as mudanças climáticas. As negociações internacionais sobre o clima não exploram como enfrentar a mecanização do trabalho humano movida a combustíveis fósseis, da qual os lucros das empresas dependem atualmente, nem analisam a relação entre desmatamento e exploração de petróleo, carvão mineral e gás natural.

Em vez disso, falam apenas sobre "reduzir emissões" de certos tipos de moléculas, e consideram o Estado capaz de enfrentar o problema. Isso estimula a ideia de que continuar a exploração de combustíveis fósseis é algo bom, desde que seja possível se apropriar oficialmente de árvores suficientes para servir como refúgio ao excesso de átomos de carbono, repatriados da atmosfera.

Da mesma forma, a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) da ONU explica a perda mundial de espécies, variedades e habitats, usando o diagrama na página seguinte.²¹

Nele, a CDB nos diz que o que está por trás da perda de habitats e

outras causas diretas da crise de biodiversidade são “demandas por alimentos” e “demandas por energia” – desprovidas de pessoas, independentes da história e pan-humanas. Incentivando essas causas, de acordo com a CBD, estão forças igualmente espectrais e abstratas, como crescimento populacional, economia e “ciência e tecnologia”.

Essa explicação constrangedoramente absurda do desmatamento e outros tipos de degradação ambiental não apenas é diferente daquela que constava no documento *Abordar as causas subjacentes*, mas também é profundamente contraditória com ela. Se for permitido, pode atrapalhar as ações de incentivo à mobilização social.

Não há sinais de que essa tendência venha a mudar.

Em 3 de dezembro de 2019, por exemplo, a Comissão de Meio Ambiente do Parlamento Europeu decidiu que deveria haver metas de biodiversidade “juridicamente vinculativas” em níveis global e da UE para garantir a conservação de 30% das áreas naturais até 2030, bem como a restauração de 30% dos ecossistemas degradados. Mais uma vez, a resolução não foi acompanhada de qualquer análise séria sobre o que estava causando perda de biodiversidade ou o que poderia estancá-la.

O mesmo vale para a mais recente iniciativa da UE, de 2021, de uma nova regulamentação com “regras obrigatórias” para garantir que apenas produtos livres de desmatamento de certas cadeias de fornecimento

FIGURA 4.2 | Relações entre alimentos, energia e perda de biodiversidade



entrem no mercado europeu.²² Ambas as propostas apenas endossam mais crescimento econômico.

Os últimos dois anos testemunharam um número impressionante de reuniões e declarações internacionais de alto nível sobre a perda de florestas, que são muito semelhantes. Por um lado, fazem um alerta sobre a crise; por outro, não têm ideia ou simplesmente optam por ignorar as causas subjacentes do desmatamento e como enfrentá-las. Em vez disso, continuam promovendo essas causas. As políticas resultantes não apenas estão fadadas ao fracasso, como alimentam ainda mais o desmatamento.

Referências:

- 1 Addressing the Underlying Causes of Deforestation and Forest Degradation: <https://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2019/04/UnderlyingCausesReport.pdf>.
- 2 How Infrastructure is Shaping the World. A Critical Introduction to Infrastructure Mega-Corridors: <http://www.thecornerhouse.org.uk/resource/how-infrastructure-shaping-world>
- 3 Biomass Takes Us Backwards: https://drive.google.com/file/d/1RuKHgD0zMkw_swzx7yLKzeUpMXUyO3Hd/view,
BURNED: Are Trees the New Coal?: <https://www.linktv.org/shows/burned-are-trees-the-new-coal/episodes/burned-are-trees-the-new-coal> and Mary S. Booth, "The Great Biomass Boondoggle," New York Review of Books, 14 October 2019.
- 4 Para mais informações sobre "compensações" e como elas estão pensadas para perpetuar as emissões resultantes das indústrias e do transporte movidos a combustíveis fósseis, veja: *O que as florestas têm a ver com a mudança climática, os mercados de carbono e o REDD+?* <https://www.wrm.org.uy/pt/publicacoes/o-que-as-florestas-tem-a-ver-com-a-mudanca-climatica-os-mercados-de-carbono-e-o-redd>
- 5 Wildfires and climate change: What's the connection?: <https://yaleclimateconnections.org/2019/07/wildfires-and-climate-change-whats-the-connection/>
- 6 Entre os exemplos de como essas políticas forma institucionalizadas estão os esquemas de REDD+ ou "transferências fiscais ecológicas".
- 7 REDD Monitor: <https://redd-monitor.org/>
- 8 Tentativa de recolonizar florestas na Índia. As novas propostas de emenda à Lei Indiana de Florestas <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/tentativa-de-recolonizar-florestas-na-india-as-novas-propostas-de-emenda-a-lei-indiana-de-florestas>
- 9 Madagascar: O "absurdo da compensação" <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/madagascar-o-absurdo-da-compensacao>
- 10 "Soluções baseadas na natureza": ocultando um grande roubo de terras. Boletim WRM 255 <https://www.wrm.org.uy/pt/boletins/nro-255>
- 11 Natural Climate Solutions: <https://www.naturalclimate.solutions/>; Fact Sheet: A Plan to Protect at least 30 Percent of our Planet by 2030: <https://www.wysscampaing.org/news/2019/1/22/fact-sheet-a-plan-to-protect-at-least-30-percent-of-our-planet-by-2030> and Policy persistence: REDD+ between stabilization and contestation: <https://journals.uair.arizona.edu/index.php/JPE/article/view/23493/22400>

12 WRM website. Esquemas de certificação: <https://www.wrm.org.uy/pt/temas/esquemas-de-certificacao>; Palm oil watchdog's sustainability guarantee is still a destructive con <https://eia-international.org/news/palm-oil-watchdogs-sustainability-guarantee-is-still-a-destructive-con/>

13 Por exemplo, os "esquemas de manejo florestal comunitário sustentável" apoiados pelo estado do Acre, engenheiros e certas ONGs, são baseados na extração comercial de madeira. Em alguns casos, esses projetos são certificados pelo Conselho de Manejo Florestal. Veja: *Brasil: Vozes de comunidades no Acre alertam sobre as violações envolvidas no Manejo Florestal Sustentável Comunitário* <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/brasil-vozes-de-comunidades-no-acre-alertam-sobre-as-violacoes-envolvidas-no-manejo-florestal-sustentavel>

14 Blockchain Machines, Earth Beings and the Labour of Trust <https://bit.ly/3i79IVf>

15 Socfin's response to Fian's "Draft report extracts made available to Socfin before publication – Provisional title: Land Conflict in Malen – Analysis and lessons learned from a human perspective" https://www.business-humanrights.org/sites/default/files/documents/2019-01-09-Socfin-response-to-Fian_Final.pdf, p. 5.

16 Rompendo o silêncio: As plantações industriais de dendezeiros e seringueiras geram assédio, violência sexual e abuso contra as mulheres <https://www.wrm.org.uy/pt/publicacoes/rompendo-o-silencio-as-plantacoes-industriais-de-dendezeiros-e-seringueiras-geram-assedio-violencia-sexual-e>

17 Ingrid Schulte, Charlotte Streck, Stephanie Roe et al., Protecting and Restoring Forests: A Story of Large Commitments yet Limited Progress, New York Declaration on Forests Assessment Partners, September 2019.

18 John M. Christensen and Anne Olhoff, Lessons from a Decade of Emissions Gap Assessments, Nairobi: UNEP, 2019.

19 UNEP, Emissions Gap Report 2018, New York: UNEP.

20 Francisco Sánchez-Bayo and Kris A.G. Wyckhuys, "Worldwide Decline of the Entomofauna: A Review of Its Drivers," *Biological Conservation* 232, 2019. pp. 8–27.

21 United Nations Environment Programme, Global Biodiversity Outlook 2, Montreal: UNEP, 2006.

22 Questions and Answers on new rules for deforestation-free products https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/qanda_21_5919

